- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

Ao vigésimo sexto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco, nesta vila de Figueiró dos Vinhos, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Presidente Jorge Manuel Fernandes de Abreu; estando presentes os Senhores Vereadores Eng.º Luis Filipe Antunes da Silva; José Adelino da Silva Sardinha; Dr. Carlos Alberto David dos Santos Lopes e Dr. Arlindo José Bernardo Dinis. _____

Hora de Abertura: dez horas. _____

Verificando-se quórum, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião, estando presente o Diretor de Departamento de Gestão e Administração Geral Dr. Vítor Alexandre Pimentel Duarte e de seguida à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, tendo sido tomadas as deliberações que se seguem, após dar cumprimento ao período de antes da Ordem do Dia. _____

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, cumprimentou todos os presentes, dando conhecimento aos Senhores Vereadores do pedido de substituição para a presente reunião, da Sra. Vice-Presidente Dra. Marta Brás, que por motivos pessoais não pode estar presente, estando em sua representação o Sr. Vereador José Adelino da Silva Sardinha, tendo o pedido sido aceite. _____

O Vereador do MFI Dr. Carlos Lopes, manifestou ao Sr. Presidente Jorge Abreu o regozijo pela qualidade da programação de eventos para o ano de 2025, nomeadamente aqueles que serão promovidos por ocasião das Festas do Concelho e do catálogo de atividades programadas para o Verão. _____

Felicitou o Sr. Presidente por oferecer à população do concelho, turistas e visitantes um diversificado programa de âmbito cultural e musical dignificando-se as tradições populares através da participação de artistas portugueses e grupos de topo consagrados quer a nível nacional, quer a nível internacional. _____

Na perspetiva do Vereador do MFI, Carlos Lopes, o Festival de Fado terá como expoente máximo a participação e presença da voz ímpar, da consagrada e condecorada fadista Mariza, que tem lotado os maiores espaços nacionais e internacionais. _____

Este inédito cartaz de eventos, referiu o Vereador do MFI, atrairá ao território concelhio milhares de pessoas, oriundas de todas as zonas do País, potenciando enorme retorno para o comércio e a economia local, contribuindo ao mesmo tempo para a promoção e divulgação do concelho. _____

O MFI tem defendido este tipo de agenda promocional que permita dar uma maior visibilidade ao Município, sentimento este que na opinião do Vereador Carlos Lopes é partilhado por toda a População, sem exceção. ____

O Vereador do MFI, Carlos Lopes referiu que a Câmara Municipal tem por diversas ocasiões, assinalado e

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

reconhecido o sucesso alcançado nos diversos domínios por parte de munícipes ou personalidades com ligação ao concelho de Figueiró dos Vinhos que lograram alcançar sucesso, e notoriedade nas suas vidas. ____

Neste contexto, O Vereador Carlos Lopes assinalou as proezas alcançadas por duas jovens irmãs com raízes em Chimpeles da Freguesia de Aguda onde nasceu a avó materna Senhora Dona Júlia da Conceição Mendes. Concretamente na modalidade de Hipismo a Jovem Constança Pires de 13 anos, logrou alcançar o primeiro lugar na Prova de Saltos de Obstáculos que decorreu recentemente em Oliva (Jerez de La Frontera) e a sua irmã Carlota Pires de 19 anos foi Campeã Nacional em 2024 daquela modalidade, feitos esses dignos de relevo e de enorme orgulho não só para os Pais Arquiteto Nuno Miguel Tomaz Pires e mãe Ana Alexandra Oliveira Tomaz Pires, que inclusivamente estão a investir na nossa sede de Concelho e dos Seus avós Senhores Manuel Gonçalves Pires e Dona Maria de Lourdes Mendes Alves Tomaz e Pires que residem naquela Localidade de Chimpeles, orgulho esse que se estende ao nosso concelho. _____

A Câmara Municipal, na sequência desta intervenção do Vereador do MFI Carlos Lopes manifestou por unanimidade o reconhecimento às duas jovens atletas referenciadas, tendo sido aprovado um voto de felicitação proposto pelo Sr. Presidente da Câmara que será transmitido às mesmas e respetiva Família. ____

O Sr. Vereador do PSD Eng.º. Filipe Silva apresentou ao Diretor de Departamento Dr. Vitor Duarte recentemente nomeado definitivamente para aquele lugar dirigente objeto de publicação em diário da república, as felicitações desejando-lhe o maior sucesso no desempenho das respetivas funções. _____

O Vereador do PSD manifestou ainda o seu regozijo pela forma como decorreu recentemente em Lisboa mais uma edição da Bolsa de Turismo (BTL), tendo esta iniciativa logrado alcançar o maior sucesso no que respeita à divulgação e promoção do território que integra a CIMRL e por essa via também esta região norte do Distrito de Leiria e nomeadamente o concelho de Figueiró dos Vinhos, lamentando contudo que os Vereadores da oposição não tenham sido convidados a integrar uma comitiva do concelho àquele importante evento de promoção turística, deixando um documento que leu e se transcreve na íntegra: _____

“BTL 2025 – Participação do Município de Figueiró dos Vinhos

A 35.ª edição da BTL – Better Tourism Lisbon Travel Market encerrou este domingo com números históricos, consolidando-se como o maior e mais importante evento de turismo realizado em Portugal, que contou uma vez mais com a presença da Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL), com o maior stand do Pavilhão 2 da FIL, ocupando uma área total de 360 m2, e apresentou um programa diversificado com mais de 40 eventos realizados de 12 a 16 de março. O evento destacou-se ainda pela forte presença internacional, com mais de 100 destinos representados, tendo registado segundo a organização um total de 82 mil visitantes, o número mais alto de sempre. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

Durante cinco dias intensos e memoráveis, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria levou à Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) o melhor que o nosso território tem para oferecer. Entre sabores autênticos e degustações irresistíveis, experiências de aventura e natureza, tradição e inovação, cada momento foi uma celebração da identidade e do potencial turístico. Foram apresentados projetos inovadores, promovidos produtos locais de excelência e criadas oportunidades únicas para o desenvolvimento e valorização da região. Foram dias de encontros, partilhas e emoções, onde o turismo de Leiria se afirmou como um destino de referência para todas as gerações, todos os gostos e todas as experiências. _____

Mais uma vez, a CIMRL reafirmou a sua posição no contexto do setor turístico em Portugal, com um início marcado pela divulgação de novos investimentos privados ao nível de empreendimentos turísticos de referência, em Leiria, mas também no município de Alvaiázere. A importância da BTL na estratégia de qualificação da oferta turística regional ficou bem patente na adesão de mais de 300 participantes profissionais nacionais e estrangeiros aos convites e ações que foram realizadas durante o evento, onde a maioria considerou a intenção de promover o destino Leiria junto dos seus clientes ou admitiu agendar novos programas nos territórios da região de Leiria. _____

Finalmente, e não menos importante, com o objetivo de qualificar a oferta e valorizar a gastronomia da região de Leiria, a Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria (CIMRL) e a AHRESP – Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal assinaram na sexta-feira, durante a BTL, um protocolo que visa implementar programas de formação e capacitação junto de estabelecimentos de restauração integrantes na Região de Leiria. _____

Em suma, os vereadores do PSD, congratulam-se com o sucesso da 35.º edição da BTL, no entanto, lamentam uma vez mais, não serem convidados pelo Senhor Presidente da Câmara, a integrar a comitiva do município, até porque foram apresentados naquele fórum, projetos e iniciativas no concelho de Figueiró dos Vinhos, que mereceram a concordância e aprovação prévia deste órgão, ou seja, de todo o executivo municipal”. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu referiu que que a BTL havia atingido um enorme sucesso para toda a Região de Leiria e também para o concelho de Figueiró dos Vinhos, deixando a este propósito uma palavra de reconhecimento pelo profissionalismo evidenciado uma vez mais materializado no trabalho e dedicação das trabalhadoras do Município que durante toda a iniciativa asseguraram de forma competente a representação do território concelhio. _____

Na sequência da intervenção do Vereador do MFI Carlos Lopes, o Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que o Executivo acompanhasse a proposta aprovada por unanimidade na última Sessão da Assembleia Municipal, aprovando um Voto de Felicitações aos atletas com ligações ao concelho de Figueiró dos Vinhos João Carvalho jogador profissional do Estoril Praia que disputa a primeira liga do futebol português onde se tem destacado e granjeado sucesso naquele contexto competitivo, filho da Sra. Eng^a. Isabel Antunes

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

trabalhadora da Autarquia e residente em Figueiró dos Vinhos e a atleta Vitória Silva, que ingressou na equipa feminina do Sporting Clube de Portugal, com raízes em Figueiró dos Vinhos, para além das duas jovens atletas da modalidade de hipismo referidas nesta reunião, tendo a Câmara Municipal aprovado esta proposta por unanimidade, transmitindo-se a mesma aos respetivos destinatários. _____

O Sr. Presidente informou o Executivo que dentro de duas semanas seria iniciada a colocação de cadeiras nas bancadas do Estádio Municipal, que irão complementar a empreitada oportunamente adjudicada de substituição do piso sintético naquele recinto desportivo. _____

Os Srs. Vereadores, tomaram conhecimento. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

2. APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12/03/2025:

Dispensando-se a leitura da ata, dado que o respetivo texto foi previamente enviado aos Senhores Vereadores, a ata n.º 05/2025 de 12/03/2025, foi aprovada por unanimidade e considerada conforme com a Minuta previamente elaborada no final da dita reunião. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

3. BALANCETE, PAGAMENTOS E DESPACHOS EXARADOS ENTRE DATAS

OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

O Sr. Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia doze de março de dois mil e vinte e cinco, e o dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco, respeitantes a despesas orçamentais na importância global de 709.618,82€ (setecentos e nove mil seiscentos e dezoito euros e oitenta e dois cêntimos). Informa-se ainda das Ordens de Pagamento de Operações Orçamentais emitidas no mesmo período, registadas sob os números 747/2025 (setecentos e quarenta e sete barra dois mil e vinte e cinco) a 877/2025 (oitocentos e setenta e sete barra dois mil e vinte e cinco), respeitantes a despesas Orçamentais, na importância de 582.888,92€ (quinhentos e oitenta e dois mil oitocentos e oitenta e oito euros e noventa e dois cêntimos). _____

OPERAÇÕES TESOURARIA

O Sr. Presidente informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período compreendido entre o dia doze de março de dois mil e vinte e cinco e o dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco, respeitantes a despesas de operações de tesouraria na importância global de 2.233,75€ (dois mil duzentos e trinta e três euros e setenta e cinco cêntimos). Informou ainda das Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria emitidas no mesmo período, registadas sob o número 21/2025 (vinte e um barra dois mil e vinte e cinco) a 23/2025 (vinte e três barra dois mil e vinte e cinco), respeitante a despesas de operações de tesouraria, na importância de 633,10€ (seiscentos e trinta e três euros e dez cêntimos). _____

O Sr. Presidente, deu conhecimento dos saldos constantes do resumo diário de tesouraria relativos ao dia vinte e cinco de março de dois mil e vinte e cinco, conforme mapa anexo, os quais representam, em operações orçamentais 280.873,60€ (duzentos e oitenta mil oitocentos e setenta e três euros e sessenta cêntimos) e em operações não orçamentais (tesouraria) 25.427,54€ (vinte e cinco mil quatrocentos e vinte e sete euros e cinquenta e quatro cêntimos). _____

OUTROS

O Sr. Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos seguintes documentos: _____

Relação dos despachos exarados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal referente aos autos de medição ou faturas de empreitadas ou fornecimentos de serviços no período entre 07/03/2025 a 20/03/2025. _____

Relação dos despachos exarados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal referente a processos de serviços e

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

fornecimentos de bens e empreitadas no período entre 21/02/2025 a 20/03/2025. _____

O Sr. Vereador do MFI Dr. Carlos Lopes, tomou conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. _____

Os Srs. Vereadores do PSD Eng.º Filipe Silva e Dr. Arlindo Dinis, tomaram conhecimento dos pagamentos efetuados no pressuposto de que foram feitos à luz da legislação vigente e obedecendo a critérios de rigor e boa gestão. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

4. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

4.1 RATIFICAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO N.º 3 DO ARTIGO 35.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:

4.1.1 DESPACHOS PROFERIDOS PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL JORGE

ABREU, DATADOS DE 13 e 17 DE MARÇO DE 2025: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade ratificar os Despachos do Sr. Presidente Jorge Abreu, datados de 13 e 17 de março de 2025, relativos à cedência de transporte à Associação Desportiva de Figueiró dos Vinhos, correspondendo o apoio no valor total de 413,30 euros (quatrocentos e treze euros e trinta cêntimos). _____

4.2 EMPREITADA: “ESTACIONAMENTO PÚBLICO”

4.2.1 PROCEDIMENTO 01CPE24 – TRABALHOS COMPLEMENTARES E PRORROGAÇÃO DE PRAZO – INFORMAÇÃO INTERNA N.º 238/2025 - RATIFICAÇÃO DO DESPACHO EMITIDO PELO SR. PRESIDENTE DATADO DE 18/03/2025:

A Câmara Municipal face à seguinte Informação Interna n.º 238/2025, deliberou por unanimidade ratificar o Despacho emitido pelo Sr. Presidente datado de 18/03/2025, aprovando os trabalhos complementares no valor de 64.006,13€ (não incluindo IVA) (sessenta e quatro mil seis euros e treze cêntimos) e a prorrogação de prazo por mais 30 dias, com data de conclusão em 16/04/2025. _____

Informação Interna n.º 238/2025: _____

“A obra “Estacionamento público” foi adjudicada à empresa Segmentoprovável - Serviço e Manutenção, Lda., pelo valor de 227.524,48 € (não inclui IVA), encontrando-se nesta data a obra em execução com data de conclusão prevista para 17.03.2025. _____

Em obra verificou-se a necessidade de execução de alguns trabalhos que não estavam previstos inicialmente, nomeadamente: _____

1. a extensão de muros (alvenaria e betão armado) por baixo da rampa foi diminuída, optando-se pela execução da sua totalidade em betão armado, tendo originado trabalhos a menos da totalidade prevista de muros em alvenaria e aumento dos muros em betão armado em 15,10m; _____
2. está previsto a construção de muro em betão armado em ambos os lados da rampa para proteção lateral, no entanto concluiu-se que esta solução reduz a largura útil da rampa e torna o espaço confinado podendo originar confusão aos automobilistas usuários do espaço, assim opta-se pelo gradeamento metálico idêntico ao existente; _____
3. construção de muro de suporte junto à creche, uma vez que com a profundidade da escavação para a obtenção das cotas de projeto, o edifício anexo e o muro da creche ficaram desprotegidos, havendo

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

necessidade de reforçar e vedar a zona; _____

4. o projeto prevê pavê drenante assente sobre argamassa de cimento, nas vias e estacionamentos, mas sendo a base do pavimento impermeável, consultado o projetista e de forma a não encarecer a obra, opta-se pela alteração do tipo de pavê para bicolor preto assente sobre pó de pedra, mantendo assim o enquadramento pretendido inicialmente; _____
5. de forma a completar o percurso pedonal atual há necessidade de construir mais duas passadeiras, dando origem a quantidades superiores de lajetas de betão, geotêxtil, camada granular e sinalização horizontal; _____
6. a sinalização horizontal do parque de estacionamento existente está degradada e sem visibilidade, pelo que se opta pela remarcação da sinalização horizontal do mesmo. _____

Estas propostas traduzem-se na execução de trabalhos complementares e em trabalhos a menos, neste sentido propõem-se a execução de trabalhos complementares, trabalhos a mais da mesma espécie dos previstos no contrato e de espécie diferente nele previstos, discriminados no mapa anexo e que se traduzem no montante de: _____

Trabalhos a menos	
TOTAL (s/IVA)	64.660,58 €

Trabalhos complementares	
trabalhos a mais da mesma espécie dos previstos no contrato	4.228,16 €
trabalhos a mais de espécie diferente dos previstos no contrato	59.777,97 €
TOTAL (s/IVA)	64.006,13 €

Propõem-se que os trabalhos complementares a executar, nos termos dos art.º 370º e 373º do CCP, sejam efetuados no âmbito desta empreitada, uma vez que a sua execução embora resulte de circunstâncias não previstas, não podem ser dissociadas da empreitada sem trazer inconvenientes para a mesma, assim como a realização de novo procedimento terá custos adicionais para o dono de obra, sendo que o acréscimo do valor destes trabalhos não excede o valor limite para o tipo de procedimento adotado inicialmente, nos termos do nº 4 do mesmo art.º : _____

Valor do contrato = 227.524,48 € (não inclui IVA) _____

Valor dos trabalhos complementares propostos = 64.006,13 € (não incluindo IVA) _____

Contrato /Trabalhos Complementares = 28,13 % < 50% _____

Para execução destes trabalhos o adjudicatário estima necessário o prazo adicional de 30 dias, conforme o art.º 374º do CCP. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

Neste sentido propomos, de acordo com os artigos 370º, 373º e 374º do CCP, a execução dos trabalhos complementares no valor de 64.006,13€ (não incluindo IVA) e prorrogação de prazo da empreitada por 30 dias, com data de conclusão em 16.04.2025. _____

De acordo com o artigo 375º do CCP devem os mesmos ser formalizados por escrito”. _____

4.2.2 MINUTA DE CONTRATO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES – INFORMAÇÃO INTERNA N.º 990/2025- RATIFICAÇÃO DO DESPACHO EMITIDO PELO SR. PRESIDENTE

DATADO DE 20/03/2025: A Câmara Municipal face à seguinte Informação Interna n.º 990/2025, deliberou por unanimidade ratificar o Despacho emitido pelo Sr. Presidente datado de 20/03/2025, aprovando a Minuta de Contrato de Trabalhos Complementares. _____

Informação Interna n.º 990/2025: _____

“Na sequência de deliberação de aprovação de trabalhos complementares referentes à empreitada "Estacionamento Público”, remete-se a V.ª Ex.ª, nos termos do art. 98.º do Código dos Contratos Públicos, a minuta do aditamento ao contrato a celebrar para efeitos de aprovação pelo órgão competente para a decisão de contratar (órgão executivo). _____

Atendendo a que a próxima Reunião de Câmara se realiza no dia 26 de março de 2025, poderá V.ª Ex.ª, de forma a conferir maior celeridade ao procedimento, aprovar excecionalmente a presente minuta do contrato, remetendo tal ato a ratificação do órgão executivo, observados os termos do n.º 3 do art. 35.º do anexo I da lei 75/2013 de 12 de setembro”. _____

**“MINUTA DE CONTRATO DE TRABALHOS COMPLEMENTARES DA
EMPREITADA “ESTACIONAMENTO PÚBLICO”**

VALOR DE: 64.006,13 EUROS + IVA

----- Aos x dias do mês de março do ano 2025, foi elaborado por mim, (identificação do Oficial Público), por designação do Presidente de Câmara conforme despacho n.º 42 datado 28 de agosto de 2024, o presente contrato, tendo como outorgantes: -----

----- **PRIMEIRO: Jorge Manuel Fernandes de Abreu**, natural da Freguesia e Concelho de Figueiró dos Vinhos, com domicílio profissional neste Edifício, outorgando na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos, em representação do Município e no uso da competência que lhe é

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

conferida na alínea f) do n.º 2, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pessoa coletiva de direito público número 506546381. -----

----- **SEGUNDO: Jorge Godinho Moreira**, natural da República Francesa, residente em Rua 12 de Novembro n.º 354, 324-316 Avelar, portador do Cartão do Cidadão número 12075067 8ZY7, contribuinte fiscal número 226139654 e **Micael Godinho Moreira**, natural da freguesia de Avelar concelho de Ansião, residente em Rua de Santo Amaro n.º 241, 3240-305 Rascoia Avelar, portador do Cartão de Cidadão 15390151 9ZX4, contribuinte fiscal 239298209, os quais outorgam como legítimos representantes da empresa **Segmento Provável – Serviços e Manutenção, Lda**, com sede em Zona Industrial do Camporês, Lote 19 e 20 em Ansião, pessoa coletiva número 510855873, com um capital social realizado de cinco mil euros, conforme verifiquei pela certidão permanente, sob código de acesso n.º 0377-5240-2158. -----

----- Do meu conhecimento direto, são também a qualidade que se arroga o primeiro outorgante, bem como os poderes que legitimam a sua intervenção neste ato, sendo a qualidade e os poderes do segundo outorgante, que legitimam a sua intervenção neste ato verificados pela certidão permanente, obtida através do Código de Acesso n.º 0377-5240-2158. -----

----- **PELO PRIMEIRO OUTORGANTE FOI DITO:** Que, na sequência de despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal datado de __ de _____ do ano em curso, ratificado em Reunião de Câmara de __ de _____ de _____, foi determinado adjudicar à representada do Segundo Outorgante **Segmento Provável – Serviços e Manutenção, Lda**, com sede em Zona Industrial do Camporês, Lote 19 e 20 em Ansião, pessoa coletiva número 510855873, trabalhos complementares ao contrato inicial no valor de **€ 64.006,13 (sessenta e quatro mil e seis euros e treze cêntimos)**, a que acresce IVA à taxa legal reduzida em vigor no valor de **€ 3.840,37 (três mil e oitocentos e quarenta euros e trinta e sete cêntimos)**, perfazendo o valor global de **€ 67.846,50 (sessenta e sete mil e oitocentos e quarenta e seis euros e cinquenta cêntimos)**, documentos que aqui se dão como reproduzidos e que fazem parte integrante do presente contrato, cujo contrato inicial foi outorgado aos 21 dias do mês de junho do ano de 2024, sob o número 15/24, no valor de **€ 227.524,48 (duzentos e vinte e sete mil e quinhentos e vinte e quatro euros e quarenta e oito cêntimos)**, a que acresce o

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

IVA à taxa reduzida em vigor, no valor de € 13.651,47 (treze mil e seiscientos e cinquenta e um euros e quarenta e sete cêntimos), o que perfaz o valor total de € 241.175,95 (duzentos e quarenta e um mil e cento e setenta e cinco euros e noventa e cinco cêntimos). -----

----- **PELO SEGUNDO OUTORGANTE FOI DITO:** - Que aceita o presente contrato nos termos exarados e nas demais condições inerentes a esta empreitada, designadamente as do programa de concurso e caderno de encargos aprovados. -----

----- **PELO PRIMEIRO OUTORGANTE FOI AINDA DITO:** - Que o encargo resultante do presente contrato para o corrente ano, previsto em € **67.846,50 (sessenta e sete mil e oitocentos e quarenta euros e cinquenta cêntimos)** será suportado pelo orçamento de 2025, **tem o número sequencial de compromisso** _____ e que a classificação orçamental por onde será satisfeito é a seguinte: - **Classificação Orgânica:**

Capítulo zero um zero dois – Câmara Municipal; e Classificação Económica: Capítulo zero sete – Aquisição de Bens de Capital, Grupo zero um – Investimentos, Artigo zero quatro – Construções diversas, Número zero um – Viadutos, arruamentos e obras complementares. -----

----- **ASSIM O DISSERAM E OUTORGARAM, do que dou fé.** -----

Arquivo: -----

----- A): _____

----- B): _____

----- C): _____

----- D): _____

----- O presente contrato celebrado no dia __ de ____ de 2025, que contém ____ (____) páginas, é assinado com recurso a assinatura digital qualificada. -----

(espaço destinado à assinatura digital)	Jorge Manuel Fernandes de Abreu Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos
(espaço destinado à assinatura digital)	Jorge Godinho Moreira Representante legal da Segmento Provável – Serviços e Manutenção, Lda
(espaço destinado à assinatura digital)	Micael Godinho Moreira Representante legal da Segmento Provável – Serviços e Manutenção, Lda

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

(espaço destinado à assinatura digital)

Vítor Alexandre Pimentel Duarte
Oficial Público do Município de Figueiró dos
Vinhos

4.3 EMPREITADA: “VARIANTE NORTE À VILA DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – TROÇO ENTRE ROTUNDA DA AVENIDA MADRE DE DEUS E O ESTALEIRO MUNICIPAL DO CABEÇO DO PEÃO” - AUTO DE SUSPENSÃO:

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Auto de Suspensão da Empreitada referenciada em epígrafe, desde o dia 10/03/2025, nos termos do CCP, reiniciando-se a contagem do prazo de execução da obra com o reinício dos trabalhos e a assinatura do respetivo auto de levantamento da suspensão, o qual fica por fotocópia arquivado aos documentos anexos à presente ata. _____

4.4 PROJETO DE REGULAMENTO GERAL DE PREÇOS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO E CONSULTA PÚBLICA – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 34/2025:

Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 34/2025 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando o projeto de regulamento geral de preços municipais e que o mesmo, considerando a natureza da matéria a regular, seja submetido a consulta pública para recolha de sugestões, procedendo-se para o efeito, à sua publicação na 2.ª série do Diário da República e na página da internet do município de Figueiró dos Vinhos, pelo prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do projeto de regulamento. _____

Que os contributos sejam dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no edifício sede do município de Figueiró dos Vinhos, Praça do Município, 3260-408 Figueiró dos Vinhos ou remetidos via correio eletrónico, para o seguinte endereço: presidencia@cm-figueirodosvinhos.pt, devendo os interessados colocar, como “Assunto”, o seguinte texto: “Apresentação de sugestões – Projeto de regulamento geral de preços municipais”. _____

Que findo esse procedimento e analisados e tomados em consideração eventuais comentários e sugestões o projeto seja submetido à aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal nos termos da alínea k) do artigo 33.º e alínea g) do artigo 25.º do anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

Proposta de Deliberação n.º 34/2025: _____

“Considerando que: _____

Nos termos do disposto na Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que aprova o Regime Financeiro das

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, as autarquias locais, enquanto detentoras de património e finanças próprios, cuja gestão compete aos respetivos órgãos, podem exercer os poderes tributários que legalmente lhes estejam atribuídos, tais como liquidar, arrecadar, cobrar e dispor das receitas que por lei lhes sejam destinadas. _____

Contudo, esta cobrança de receitas, entre as quais se destaca a cobrança dos preços pelos serviços prestados pelo Município, impõe o escrupuloso cumprimento do princípio da proporcionalidade, o qual significa que os preços e demais instrumentos de remuneração a fixar pelos Municípios, “não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação desses serviços e com o fornecimento desses bens”. _____

Os preços, incidindo sobre as utilidades prestadas aos particulares pela atividade pública do Município, são fixados pela imputação dos custos diretos e indiretos decorrentes dos serviços prestados e/ou bens fornecidos, isto depois de ponderado e alcançado o desejável equilíbrio entre os custos e benefícios das medidas ora adotadas, nos termos do disposto no artigo 99.º do Código do Procedimento Administrativo. ____

Em face do exposto, com a elaboração do presente Regulamento, pretende-se não apenas adensar a diferença de tratamento jurídico e financeiro entre taxas e preços, mas, acima de tudo, contribuir para uma maior capacidade e eficácia na gestão da receita municipal, no respeito pelos princípios da legalidade, da prossecução do interesse público local, da satisfação das necessidades financeiras das autarquias locais, da proporcionalidade, da igualdade, da publicidade e da transparência. Desta forma, ao definir de uma forma clara o processo de liquidação e cobrança dos preços devidos pelos serviços prestados e/ou bens fornecidos, para além de adequar a matéria nele vertida ao atual quadro jurídico, o presente Regulamento configura, ao mesmo tempo, uma garantia dos direitos dos utentes dos serviços municipais, sem descurar, obviamente, o justo equilíbrio entre esses direitos e o interesse público local. _____

Foi aprovado o início do procedimento em reunião da Câmara Municipal de 08/01/2025, nos termos do artigo 98.º n.º 1 do código de procedimento administrativo - CPA, aprovado pela lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não se tendo verificado a apresentação de constituição de interessados nem a apresentação de contributos para a elaboração do presente regulamento. _____

Nestes termos, é intenção deste Município proceder à aprovação do projeto de regulamento geral de preços municipais. _____

Ao abrigo do disposto nos artigos 100.º e 101.º do CPA, tratando-se de regulamento que contenha disposições que afetem de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos e não tendo havido constituição de interessados no procedimento, considerando a natureza da matéria a regular, a Câmara Municipal deve submeter o projeto de regulamento a consulta pública, para recolha de sugestões,

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

procedendo, para o efeito, à sua publicação na 2.ª série do Diário da República e na internet, no sítio institucional do município, com a visibilidade adequada à sua compreensão. _____

Assim, deverá submeter-se o projeto de regulamento geral de preços municipais à aprovação da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea k) do artigo 33.º do anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propondo-se que o projeto de regulamento seja submetido a consulta pública para recolha de sugestões, procedendo para o efeito, à sua publicação na 2.ª série do Diário da República e na internet, no sítio institucional do município. _____

Findo esse procedimento e analisados e tomados em consideração eventuais comentários e sugestões o projeto será submetido à aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal nos termos da alínea k) do artigo 33.º e alínea g) do artigo 25.º do anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. _____

Nestes termos, _____

PROPONHO _____

1. Que seja aprovado o projeto de regulamento geral de preços municipais e que o mesmo, considerando a natureza da matéria a regular, seja submetido a consulta pública para recolha de sugestões, procedendo-se para o efeito, à sua publicação na 2.ª série do Diário da República e na página da internet do município de Figueiró dos Vinhos, pelo prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do projeto de regulamento. _____
2. Que os contributos sejam dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal, endereçados ou entregues pessoalmente no edifício sede do município de Figueiró dos Vinhos, Praça do Município, 3260-408 Figueiró dos Vinhos ou remetidos via correio eletrónico, para o seguinte endereço: presidencia@cm-figueirodosvinhos.pt, devendo os interessados colocar, como “Assunto”, o seguinte texto: “Apresentação de sugestões – Projeto de regulamento geral de preços municipais”.
3. Que findo esse procedimento e analisados e tomados em consideração eventuais comentários e sugestões o projeto seja submetido à aprovação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal nos termos da alínea k) do artigo 33.º e alínea g) do artigo 25.º do anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro”. _____

4.5 REGULAMENTO DO PROGRAMA DE INCENTIVOS À DE INCENTIVOS À RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÕES NA ZONA HISTÓRICA DA VILA

4.5.1 PROCESSO 1 2025 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 35/2025: Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 35/2025 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a atribuição de um incentivo no valor de 1247 euros (mil duzentos e quarenta e sete euros) nos termos do disposto nos artigos 10.º e 13.º do Regulamento do Programa de Incentivos à "Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Vila" _____

Proposta de Deliberação n.º 35/2025: _____

“Considerando que: _____

De acordo com as informações dos serviços e conforme documentação foi verificada a elegibilidade da candidatura Proc_1_2025, apresentada pelo proprietário do imóvel sito na Rua D Diogo de Sousa, n.º 15, em Figueiró dos Vinhos, (Artigo Matricial 1031 da UF Figueiró dos Vinhos e Bairradas), à qual corresponde a atribuição de um incentivo no valor de 1247 euros, nos termos do disposto nos artigos 10.º e 13.º do Regulamento do Programa de Incentivos à "Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Vila". _____

Nestes termos, _____

PROPONHO que a Câmara Municipal delibere pela aprovação da atribuição de um incentivo no valor de 1247 euros nos termos do disposto nos artigos 10.º e 13.º do Regulamento do Programa de Incentivos à "Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Vila". _____

4.5.2 PROCESSO 2 2025 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 36/2025: Sobre este assunto foi presente a seguinte Proposta de Deliberação n.º 36/2025 emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a atribuição de um incentivo no valor de 1247 euros (mil duzentos e quarenta e sete euros) nos termos do disposto nos artigos 10.º e 13.º do Regulamento do Programa de Incentivos à "Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Vila" _____

Proposta de Deliberação n.º 36/2025: _____

“Considerando que: _____

De acordo com as informações dos serviços e conforme documentação foi verificada a elegibilidade da candidatura Proc_2_2025, apresentada pelo proprietário do imóvel sito na Rua D Diogo de Sousa, n.º 25, em Figueiró dos Vinhos, (Artigo Matricial 1132 da UF Figueiró dos Vinhos e Bairradas), à qual corresponde a atribuição de um incentivo no valor de 1247 euros, nos termos do disposto nos artigos 10.º e 13.º do Regulamento do Programa de Incentivos à "Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Vila". _____

Nestes termos, _____

PROPONHO que a Câmara Municipal delibere pela aprovação da atribuição de um incentivo no valor de

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

1247 euros nos termos do disposto nos artigos 10.º e 13.º do Regulamento do Programa de Incentivos à "Recuperação de Habitações na Zona Histórica da Vila". _____

4.6 EMPREITADA DE OBRA PÚBLICA: “BENEFICIAÇÃO CM 1135-1; LIGAÇÃO N236-1 – PARQUE LOGÍSTICO” – PROCEDIMENTO 01CPE25 – NOMEAÇÃO DA EQUIPA DE FISCALIZAÇÃO - PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO N.º 37/2025: Sobre este assunto foi presente a

seguinte Proposta de Deliberação n.º 37/2025, emitida pelo Sr. Presidente Jorge Abreu, tendo a Câmara Municipal deliberado por unanimidade proceder em conformidade com a mesma, aprovando a seguinte equipa de fiscalização para a empreitada referenciada em epígrafe: _____

Diretor de Fiscalização: Isabel Maria David Antunes, inscrita na Ordem dos Engenheiros Técnicos sob o n.º 7375 e Técnica Superior do quadro de pessoal da Câmara Municipal; _____

Fiscal da obra: Jorge Humberto da Cruz Cardoso Fernandes, Coordenador Técnico do quadro de pessoal da Câmara Municipal; _____

Coordenador de Segurança em obra: Sandra Marina Domingos Dias Simões inscrita na Ordem dos Engenheiros Técnicos sob o n.º 10640, Técnica Superior do quadro de pessoal da Câmara Municipal e que substitui o Diretor de Fiscalização nas suas ausências ou impedimentos. _____

Proposta de Deliberação n.º 37/2025: _____

“Considerando que: _____

Nos termos do Código dos Contratos Públicos e de modo a proceder-se ao início da execução do contrato relativo à empreitada pública “Beneficiação CM 1135-1; Ligação N 236-1 – Parque logístico” adjudicada por despacho de 06.03.2025 e ratificado por deliberação em Reunião de Câmara de 12.03.2025, à empresa SEGMENTOPROVÁVEL – Serviços e Manutenção, Lda., e cumprindo-se todas as formalidades legais, deverá ser nomeada uma equipa de acompanhamento de execução dos trabalhos da referida obra. _____

Nestes termos, _____

PROPONHO que a Câmara Municipal delibere nomear: _____

Diretor de Fiscalização: Isabel Maria David Antunes, inscrita na Ordem dos Engenheiros Técnicos sob o n.º 7375 e Técnica Superior do quadro de pessoal da Câmara Municipal; _____

Fiscal da obra: Jorge Humberto da Cruz Cardoso Fernandes, Coordenador Técnico do quadro de pessoal da Câmara Municipal; _____

Coordenador de Segurança em obra: Sandra Marina Domingos Dias Simões inscrita na Ordem dos

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

Engenheiros Técnicos sob o nº 10640, Técnica Superior do quadro de pessoal da Câmara Municipal e que substitui o Diretor de Fiscalização nas suas ausências ou impedimentos. _____

4.7 GRAU DE OBSERVÂNCIA DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO – RELATÓRIO DO

ANO DE 2024: Sobre este assunto o Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, pôs o seguinte Relatório do ano de 2024 do Grau de Observância do Estatuto do Direito à Oposição, à apreciação dos Srs. Vereadores, nos termos definidos na Lei, submetendo o mesmo à Assembleia Municipal. _____

“GRAU DE OBSERVÂNCIA DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

I. ENQUADRAMENTO

O Estatuto do Direito de Oposição nas autarquias locais encontra-se consagrado na Lei n.º 24/98, de 26 de maio, tendo como base o princípio constitucional do direito de oposição democrática, constante no artigo 114.º da Constituição da República Portuguesa (CRP). _____

Entende-se por oposição, nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, toda a *“atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas do Governo ou dos órgãos executivos das regiões autónomas e das autarquias locais de natureza representativa”*. _____

O direito de oposição pretende assegurar o funcionamento democrático dos órgãos eleitos, garantindo, nos termos do disposto no artigo 1.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, em consonância com versado nos n.ºs 2 e 3 do artigo 114.º da CRP, às minorias, *“o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das regiões autónomas e das autarquias locais”*. _____

De acordo com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, nos termos do disposto no seu artigo 10.º, cabe aos órgãos executivos das autarquias locais, elaborar anualmente até ao fim do mês de março do ano subsequente àquele a que se refira, o presente relatório de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias dos titulares do direito de oposição. _____

Neste sentido, compete ao órgão executivo das autarquias locais, nos termos da alínea yy) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, promover o cumprimento do estatuto do direito de oposição, em toda a plenitude do consagrado na legislação em vigor, bem como a sua publicação no boletim municipal e no sítio institucional da autarquia local, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 35.º e do n.º 2 do artigo 56.º da Lei supramencionada, em consonância com o disposto no n.º 5 do artigo 10.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio e com disposto no artigo 159.º do código de procedimento administrativo (CPA), aprovado pelo decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 janeiro, na sua versão atual. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

No caso do Município de Figueiró dos Vinhos, a competência suprarreferida encontra-se delegada no Presidente da Câmara Municipal, conforme deliberação aprovada por unanimidade na 1.ª Reunião de Funcionamento da Câmara Municipal - Quadriénio 2021-2025 de 15 de outubro de 2021. _____
O presente relatório efetua a avaliação do estatuto do direito de oposição para o ano de 2024, fazendo deste modo o balanço do cumprimento do estatuto por parte do órgão executivo do Município. _____

II. COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS REPRESENTATIVOS DO MUNICÍPIO

A composição dos órgãos das autarquias locais está consagrada, constitucionalmente nos termos do artigo 250.º da CRP, no qual se encontra estatuído que “os órgãos representativos do município são a assembleia municipal e a câmara municipal”. _____

Assim, os órgãos representativos do Município de Figueiró dos Vinhos são constituídos nos termos o n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em consonância com o disposto nos artigos 251.º e 252.º da CRP, pela Assembleia Municipal, enquanto órgão deliberativo e pela Câmara Municipal, enquanto órgão executivo colegial. _____

Este Relatório incide no Mandato 2021-2025, tendo em conta a representatividade resultante nos Órgãos Autárquicos do Município de Figueiró dos Vinhos do sufrágio eleitoral que decorreu em 26 de setembro de 2021, sendo que o Partido Socialista (PS) foi o partido político que ganhou as eleições autárquicas ficando o **órgão executivo colegial**, após o apuramento dos resultados eleitorais, com a seguinte composição: _____

- **Partido Socialista (PS):** 2 mandatos; _____
- **Partido Social Democrata (PSD):** 2 mandatos; _____
- **Movimento Figueiró Independente (MFI):** 1 mandato. _____

Deste modo, o órgão executivo é constituído pelo Presidente, pela Vice-Presidente e pelo Vereador Eleitos pelo PS, sendo o único partido político que detém pelouros e poderes delegados; é também composto por mais dois Vereadores sem pelouro atribuído, eleitos pelo PSD e um Vereador eleito pelo MFI. _____

De igual modo, face aos resultados eleitorais de setembro 2021, **o órgão deliberativo**, ficou com a seguinte distribuição: _____

❖ **Membros eleitos diretamente pelo colégio eleitoral:** _____

- **Partido Socialista (PS):** 7 membros; _____
- **Partido Social Democrata (PSD):** 5 membros; _____
- **Movimento Figueiró Independente (MFI):** 3 membros; _____

❖ **Presidentes de Juntas de Freguesia e União de Freguesias eleitos:** _____

- **Partido Socialista (PS):** 3 Eleitos; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

- **Partido Social Democrata (PSD):** 1 Eleito;

Face ao exposto e de acordo com as distribuições apresentadas, o Estatuto do Direito de Oposição deve abranger as relações entre o órgão executivo e o PSD e o MFI. _____

III. TITULARES DO DIREITO DE OPOSIÇÃO _____

No que respeita aos municípios, nos termos do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, encontram-se definidos como titulares do direito de oposição, nomeadamente, os partidos políticos representados nos “*órgãos deliberativos das autarquias locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo*” e ainda aqueles que, estando representados nas câmaras municipais, nenhum dos seus representantes assuma pelouros, poderes delegados ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas. _____

São também titulares do direito de oposição os grupos de cidadãos eleitores que, como tal, estejam representados em qualquer órgão autárquico. _____

No caso particular do Município de Figueiró dos Vinhos, uma vez que o Partido Socialista é o único partido político representado na Câmara Municipal com pelouros e poderes delegados, ou outras formas de responsabilidade direta e imediata pelo exercício de funções executivas, em conformidade com o disposto no artigo 3.º do diploma legal em apreço, são titulares do direito de oposição: _____

- PSD representado na Câmara Municipal com dois Vereadores sem pelouros ou poderes delegados, e na Assembleia Municipal com 5 membros eleitos diretamente; _____
- O MFI, representado na Câmara Municipal com um Vereador sem pelouros ou poderes delegados, e na Assembleia Municipal com 3 membros eleitos diretamente; _____

Nestes termos, e para cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do citado diploma, o presente relatório será enviado aos representantes daqueles partidos nos órgãos representativos do Município de Figueiró dos Vinhos. _____

IV. CUMPRIMENTO DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO _____

O direito de oposição nas autarquias locais concretiza-se com o direito dos seus titulares serem ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos e planos de atividade (cfr. n.º 3, do artigo 5.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio); _____

É-lhe também assegurado o direito de se pronunciarem sobre as questões de interesse público relevante e de presença e participação em todos os atos e atividades oficiais que, pela sua natureza, o justifiquem (cfr. artigo 6.º da Lei supramencionada). _____

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

Para além do suprarreferido, o estatuto do direito de oposição também permite aos vereadores em regime de não permanência, sem pelouros atribuídos, enquanto titulares do direito de oposição, a possibilidade de acompanhar, fiscalizar e criticar as orientações políticas do órgão executivo, através da informação sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade (cfr. artigo 4.º da Lei supracitada).

Ainda no que diz respeito ao exercício da oposição democrática, os partidos políticos têm direito, designando livremente os seus representantes, de “*depor perante quaisquer comissões constituídas para a realização de livros brancos, relatórios, inquéritos, inspeções, sindicâncias ou outras formas de averiguação de factos, sobre matérias de relevante interesse nacional, regional ou local*” (cfr. artigo 8.º da Lei supracitada).

Neste contexto, enunciadas as disposições legais que disciplinam o regime jurídico do direito de oposição aplicável, bem como os direitos que assistem aos titulares do direito de oposição, cumpre analisar a situação específica do Município de Figueiró dos Vinhos.

Assim, nos termos do disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 35.º e na alínea yy) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, elencam-se infra, sucintamente, as atividades e os procedimentos que deram origem e contribuíram para o pleno cumprimento dos direitos, poderes e prerrogativas dos titulares autárquicos do direito de oposição.

Nomeadamente,

A. DIREITO DE INFORMAÇÃO

Durante o período sobre o qual versa o presente relatório, os titulares do direito de oposição do Município de Figueiró dos Vinhos e em cumprimento das alíneas s), t), x), y), do n.º 1 do artigo 35.º e do n.º 4 do mesmo artigo do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro, foram regularmente informados pelo órgão executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, de forma expressa, verbal e escrita, da atividade municipal, dos principais assuntos de interesse para o Município, bem como da informação financeira do mesmo, nos termos seguintes:

- **Informação sobre o andamento dos assuntos de interesse público relacionados com a atividade da Câmara Municipal**, a qual foi disponibilizada em suporte digital, para consulta e análise prévia, aos membros dos respetivos órgãos.
- **Foram facultadas informações, respostas e prestados esclarecimentos aos requerimentos e documentos apresentados, bem como às questões colocadas**, ao abrigo do estatuto do direito de oposição, estando aqueles integralmente reproduzidas em ata, dos quais se destacam os seguintes:

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

• **Reuniões da Câmara Municipal**

- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 10 de janeiro de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 31 de janeiro de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 14 de fevereiro de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 28 de fevereiro de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 13 de março de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 27 de março de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 10 de abril de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 22 de abril de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 08 de maio de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 29 de maio de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 12 de junho de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 25 de junho de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 10 de julho de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 31 de julho de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 09 de agosto de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 28 de agosto de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 11 de setembro de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 25 de setembro de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 09 de outubro de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 30 de outubro de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 13 de novembro de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 26 de novembro de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 11 de dezembro de 2024** _____
- ✓ **Reunião Ordinária da Câmara Municipal de 26 de dezembro de 2024** _____

✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 10 de janeiro de 2024**

- Foram prestadas informações pelo Senhor Presidente ao Executivo relativamente às matérias agendadas para esta reunião, tendo a respetiva documentação acompanhado a Convocatória distribuída e remetida dentro dos prazos legais estabelecidos. _____
- O Senhor Vereador do PSD Eng.º. Filipe Silva solicitou informação acerca da preocupação

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

expressa através de emails dirigidos aos membros do Órgão Executivo, por parte de proprietária de habitação em Chimpeles, freguesia de Aguda, em que refere o eventual risco de queda ou derrocada a que a mesma está exposta. _____

- A este propósito o Senhor Presidente Jorge Abreu, informou que este assunto tem merecido a maior atenção por parte da Autarquia, tendo-se deslocado ao local os técnicos que estão a proceder a uma análise rigorosa da situação descrita de modo a apurar se a Câmara Municipal tem ou não responsabilidade e o dever de intervir, aguardando-se o respetivo relatório técnico que permita proceder em conformidade, informando oportunamente a Múncipe das respetivas conclusões. ____
- O Senhor Presidente Jorge Abreu informou a Câmara Municipal de todos os pagamentos efetuados e autorizados, respeitantes a Despesas Orçamentais e de Ordens de Pagamento de Operações Orçamentais e de Tesouraria e ainda dos despachos alusivos a processos de serviços e fornecimentos de bens e empreitadas, bem como autos de medição ou faturas de empreitadas ou fornecimentos, tendo os Senhores Vereadores do PSD e do MFI tomado conhecimento dos mesmos. _____
- O Senhor Presidente Jorge Abreu, introduziu, apresentou e informou o Executivo acerca das matérias agendadas para esta reunião, acompanhadas da respetiva documentação, remetida com a convocatória aos Senhores Vereadores nos prazos determinados por Lei. _____

✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 31 de janeiro de 2024.**

- O Senhor Presidente introduziu, informou e esclareceu o Executivo acerca das matérias agendadas para esta reunião cuja documentação acompanhou a respetiva convocatória remetidas aos Senhores Vereadores dentro dos prazos legais estabelecidos. _____
- O Senhor Presidente da Câmara, Jorge Abreu, informou o Executivo do teor do Despacho de tolerância de ponto concedida aos trabalhadores da Autarquia em 13 de fevereiro, tendo em consideração a existência de uma tradição consolidada de organização de festas neste período de Carnaval, tendo os Senhores Vereadores tomado conhecimento do mesmo. _____
- O Senhor Vereador do MFI, Dr. Carlos Lopes, transmitiu ao Executivo preocupações que vários Múncipes de Carapinhal, Poesia, Chãos entre outras localidades lhe fizeram chegar, relativamente à secagem de nascente de água que abastecia o fontanário do lugar da Poesia, tratando-se de um recurso hídrico que permitia ainda a rega de parcelas agrícolas localizadas naquela zona, referindo

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

que os habitantes reclamam medidas que lhes devolvam aquele bem de que se viram privados depois de várias décadas de usufruto, e que era um bem público. _____

- O Senhor Presidente da Câmara Jorge Abreu informou que já lhe havia também sido transmitida esta questão que a população reclamara, entendendo que por não ser matéria da competência da Autarquia, nomeadamente no que respeita ao licenciamento e captações de água nos termos descritos, deverão os mesmos dirigir a sua posição e os seus argumentos à autoridade responsável e competente que é a Direção Regional do Ambiente e Ordenamento do Território Centro. _____
 - O Senhor Vereador do PSD Eng.º. Filipe Silva referiu a importância ao nível da divulgação dos territórios, do trabalho desenvolvido pela Universidade de Coimbra que se reporta à obra “Saber Ser Saber Fazer” que retrata o património Cultural da região Centro, entendendo que o mesmo, considerando que na sua perspetiva ficou aquém da representação concelhia, apresentou um documento que se transcreve na íntegra e que fica a fazer parte da Ata desta reunião ordinária da Câmara Municipal. _____
 - A este propósito o Senhor Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, deu a palavra à Senhora Vereadora da Cultura Dra. Marta Brás, que explicitou que a questão levantada se insere num Projeto delineado para a Região Centro, tendo sido oportunamente e a tempo indicadas para além das realizações mencionadas, um conjunto ainda mais alargado de iniciativas e exemplos de património gastronómico e cultural, tendo o resultado final sido frustrante e redutor, restando um sentimento de desilusão pelas opções e escolhas da responsabilidade da Direção Regional da Cultura do Centro e da CCDR/C, referindo que a Autarquia tem desenvolvido um trabalho exaustivo e criterioso no que se refere à recolha de imagens, que possam ser disponibilizadas, sempre que solicitadas para o efeito de promoção e divulgação do concelho de Figueiró dos Vinhos. _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 14 de fevereiro de 2024**
- O Senhor Presidente introduziu, apresentou e informou o Executivo acerca das matérias agendadas para esta reunião acompanhadas da respetiva documentação remetida com a Convocatória aos Senhores Vereadores nos prazos determinados por Lei. _____
 - O Senhor Vereador do MFI, Dr. Carlos Lopes, transmitiu ao Senhor Presidente o seu desacordo relativamente à transferência da mesa de voto que funciona há muitos anos em Chimpeles, para a freguesia de Aguda, decisão esta que na sua perspetiva irá causar transtorno e incómodo para as

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

Populações que ali têm exercido o seu direito de voto, apelando para que em próximos atos eleitorais a referida Mesa de Voto, voltasse a funcionar naquela localidade, uma vez que nesta altura este Processo não pode ser revertido em virtude dos Editais já afixados e divulgados nos prazos previstos por Lei, tendo em vista a realização de Eleições Legislativas agendadas para 10 de Março de 2024, solicitando informação relativamente aos motivos que despoletaram esta decisão. _____

- O Senhor Vereador do PSD Engº Filipe Silva, referiu que na sequência da intervenção do Vereador Carlos Lopes, desejava manifestar de forma mais incisiva o protesto e desacordo do PSD relativamente ao encerramento da Mesa de Voto de Chimpeles, considerando que o Senhor Presidente, apesar de ter competência legal para o efeito, não ouviu os Vereadores ou a Junta de Freguesia de Aguda, quando tomou esta decisão, considerando a mesma antidemocrática, no ano em que se comemoram 50 Anos da Revolução do 25 de Abril de 1974, entendendo que esta mudança da mesa de voto fomentará a abstenção. Relativamente a esta matéria apresentou uma posição subscrita pelos dois Vereadores do PSD que se reproduziu na íntegra, ficando a fazer parte integrante da Ata desta reunião. _____
- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Abreu informou sobre a transferência da mesa de voto de Chimpeles que a mesma havia sido objeto de Despacho fundamentado na Lei e que esta decisão não se prende com o número de eleitores, mas tão só, pela razão da Associação de Chimpeles não ter de momento órgãos dirigentes ativos, não tendo a Escola de Chimpeles condições logísticas para funcionar ou poder acolher um ato eleitoral desta importância uma vez que não dispõe de água e luz e sem órgãos dirigentes não existe legitimidade para cedência de instalações. Informou que a decisão havia sido tomada de forma articulada com a Junta de Freguesia de Aguda que aliás se mostrou disponível para assegurar o transporte para toda a população votante, através de marcação, de manhã e à tarde, ou seja durante todo o dia do sufrágio Eleitoral, entendendo que também por essa razão a abstenção não será beneficiada. Referiu finalmente que foi a falta de instalações que determinou a transferência da secção de voto, de Chimpeles para a Sede da Freguesia de Aguda. _____
- A Senhora Vice-Presidente e Vereadora Dra. Marta Brás entrevistou referindo que o Senhor Presidente tinha cumprido escrupulosamente a Lei, tendo inclusive ido para além dos seus deveres e obrigações ao divulgar através de Editais publicitados em todos os lugares e povoações envolvidas da decisão da transferência da Mesa de Voto de Chimpeles para Aguda. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)**✓ Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 28 de fevereiro de 2024**

- O Senhor Presidente Jorge Abreu introduziu, apresentou e informou o Executivo acerca das matérias agendadas para esta reunião acompanhadas da respetiva documentação remetida com a Convocatória aos Senhores Vereadores nos prazos determinados por Lei, tendo os Senhores Vereadores tomado conhecimento das mesmas, não tendo havido por parte dos mesmos qualquer pedido de informação. _____

✓ Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 13 de março de 2024

- A Senhora Vice-Presidente Dra. Marta Brás, que presidiu a esta reunião em substituição do Senhor Presidente da Câmara Municipal introduziu, apresentou e informou o Executivo acerca das matérias agendadas para esta reunião cuja respetiva documentação foi remetida com a respetiva convocatória aos Senhores Vereadores dentro dos prazos determinados na Lei, tendo os Senhores Vereadores tomado conhecimento das mesmas, não tendo havido por parte dos mesmos qualquer pedido de informação. _____

✓ Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 27 de março de 2024.

- O Senhor Presidente Jorge Abreu introduziu, apresentou e informou o Executivo relativamente às matérias agendadas para esta reunião cuja documentação havia sido conjuntamente com a Convocatória remetida aos Senhores Vereadores dentro dos prazos previstos na Lei. _____
- O Senhor Presidente apresentou o Documento intitulado Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição – Relatório do Ano de 2023, para apreciação dos Senhores Vereadores, que se transcreve nesta Ata à semelhança da Declaração de pronúncia/apreciação a propósito desta matéria apresentada pelos Senhores Vereadores do PSD que foi lida e também transcrita nesta Ata, referindo não se reverem naquele Documento e bem assim nas suas conclusões. _____
- O Vereador do MFI Dr. Carlos Lopes referiu que a apreciação que faz do Documento em apreciação se traduz em considerar que foi sempre respeitado pela força política, o PS que venceu as últimas eleições autárquicas, tendo obtido sempre as informações e esclarecimentos aos pedidos que suscitou desde o início deste mandato autárquico, tendo o MFI enquanto oposição sido sempre respeitado aquando das respostas dadas às questões colocadas da atividade municipal, quer de forma formal, quer de forma informal, constatando que o Senhor Presidente da Câmara Municipal facultou toda a informação solicitada aos serviços que corresponderam sempre de forma expedita,

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

célere e profissional, referindo que para os eleitos pelo MFI o direito de oposição foi respeitado também no domínio da participação nos eventos promovidos pela Autarquia, para os quais foram sempre previamente convidados. _____

✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 10 de abril de 2024**

- O Senhor Presidente introduziu e informou acerca das questões agendadas para esta reunião cuja documentação acompanhou a Convocatória distribuída aos Senhores Vereadores dentro dos prazos previstos na Lei, tendo os Senhores vereadores tomado conhecimento das mesmas, não tendo havido qualquer pedido de informação ou esclarecimento à exceção do Ponto. 6.1 da Ordem de Trabalhos desta Reunião - Atribuição de prestação pecuniária de carácter eventual-janeiro a março de 2024- Informação Interna nº. 126/2024, tendo o Senhor Vereador do PSD Eng.º. Filipe Silva questionado se o Regulamento abrange dois cidadãos beneficiários estrangeiros que constam da listagem apresentada, e qual a respetiva situação em que se encontram, se inserem num contexto de crise humanitária ou se são emigrantes, tendo a Senhora Vereadora do PS Dra. Marta Brás esclarecido que se trata de duas famílias Sírias, que já aqui residem há mais de um ano, possuindo já número de beneficiário, reunindo as mesmas os requisitos, encontrando-se abrangidos pelo Regulamento Figueiró Cuida+, estando já referenciados pela Segurança Social antes da transferência de competências para o Município. _____

✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 22 de abril de 2024**

- O Senhor Presidente Jorge Abreu introduziu, e apresentou todas as questões agendadas para esta reunião cuja respetiva documentação havia sido oportunamente remetida aos Senhores Vereadores com a Convocatória nos prazos definidos por Lei, tendo os Senhores Vereadores tomado conhecimento das mesmas. _____
- Relativamente ao ponto 4.3 agendado para esta reunião- 2ª Alteração à Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais e do Regulamento para os Cargos de Direção Intermédia e 6ª. Alteração ao Regulamento de Organização dos Serviços do Município de Figueiró dos Vinhos-Proposta de Deliberação nº. 32/2024, o Senhor Presidente Jorge Abreu introduziu a respetiva matéria, referindo a pertinência de adequar a estrutura orgânica dos serviços municipais à sua realidade atual, informando que esta proposta visa dotar a Autarquia de instrumentos que permitam responder a novas necessidades, e desafios que se colocam por via das novas responsabilidades, atribuições e competências, abrindo novas perspetivas de carreira para os trabalhadores que vierem a reunir condições para no futuro se candidatarem às vagas que se considere pertinente colocar a

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

concurso. _____

- O Senhor Vereador do PSD Eng.º. Filipe Silva usou da palavra, deixando nos seus comentários, considerações, nomeadamente referindo que esta proposta em discussão deveria ter sido objeto de esclarecimento mais aprofundado, criticando o facto do documento estar fechado e consumado, defendendo que o mesmo deveria ter sido apresentado em Reunião de Câmara de forma faseada, beneficiando um esclarecimento mais aprofundado. O Senhor Vereador apresentou de seguida em nome dos Vereadores do PSD uma Declaração Política transcrita na Ata desta reunião ficando a fazer parte integrante da mesma. _____
 - A Senhora Vereadora do PS com o Pelouro dos Recursos Humanos, referiu que o Senhor Presidente antes de apresentar a proposta pediu aos serviços que fizessem as contas de modo a que a mesma pudesse refletir o necessário enquadramento legal e orçamental, pressupostos estes que foram atingidos e materializados. _____
 - O Senhor Presidente Jorge Abreu introduziu a matéria relativa ao ponto 5.4 agendado para esta reunião de Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do Exercício de 2023 - Informação Interna n.º. 1603/2024, fazendo um conjunto de considerações e prestando as informações que entendeu pertinentes a propósito deste assunto. _____
 - O Senhor Vereador do PSD Dr. Arlindo Dinis fez um conjunto de considerações relativamente ao Relatório e Prestação de Contas 2023. _____
 - A propósito desta matéria, o Senhor Vereador do MFI, Dr. Carlos Lopes deixou vertida a sua posição numa Declaração de Voto que apresentou, tendo a mesma sido transcrita na Ata desta Reunião, ficando a fazer parte integrante da mesma. _____
- ✓ **Reunião Ordinária de Câmara de 08 de maio de 2024**
- O Senhor Presidente Jorge Abreu, introduziu, apresentou e esclareceu os Senhores Vereadores acerca dos assuntos agendados para esta reunião cuja documentação foi nos termos da Lei disponibilizada juntamente com a respetiva Convocatória oportunamente remetida. _____
 - O Senhor Vereador do PSD, Eng.º. Filipe Silva solicitou ao Senhor Presidente pormenores e esclarecimentos relativamente à Gestão de Fogos da Região de Leiria, objeto de decisão da CIMRL, solicitando a este propósito uma maior clarificação. _____
 - O Senhor Presidente Jorge Abreu, relativamente à questão colocada, informou o Executivo que a

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

Comissão Distrital de Fogos Rurais, reuniu e acompanhou a decisão da CIMRL, e restantes Entidades presentes, nomeadamente a GNR com a exceção da Associação AGIR e o ICNF, referindo que as Autarquias envolvidas neste processo exigem a revogação da carta de perigosidade tal como atualmente se encontra desenhada, defendendo-se que em alternativa se mantenham os atuais Planos Municipais de Defesa da Floresta, exigindo-se por outro lado a transferência dos competentes recursos financeiros, para que se cumpra efetivamente o desígnio da defesa da floresta. _____

- O Senhor Vereador do PSD, Eng.º. Filipe Silva apresentou um Documento evidenciando algumas considerações e colocando 4 questões relativas à situação da interdição da estrada M517-Arega a Figueiró dos Vinhos, documento este que ficou a fazer parte integrante desta ata, uma vez reproduzido na íntegra. _____
- A este propósito o Senhor Presidente, Jorge Abreu reiterou que nunca deixou de responder às questões que lhe sejam colocadas, enumerando a este propósito todas as diligências, precauções, aconselhamento e apoio técnico, e demais esclarecimentos devidos relativos a esta questão, nomeadamente os agora colocados pelo Senhor Vereador do PSD. _____

✓ Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 29 de maio de 2024

- O Senhor Presidente introduziu, apresentou e informou acerca das matérias agendadas para esta reunião cuja documentação acompanhou a respetiva convocatória remetida aos senhores Vereadores dentro dos prazos estabelecidos na Lei, tendo os mesmos tomado conhecimento das mesmas, não tendo sido suscitados quaisquer tipos de informações ou esclarecimentos. _____
- Os Senhores Vereadores do PSD apresentaram dois documentos que se transcreveram na Ata desta reunião ficando a fazer parte integrante da mesma respetivamente acerca dos seguintes assuntos. - Congratulação e agradecimento a Sua Excelência O Presidente da República pela celebração do Dia de Portugal de Camões e das Comunidades em Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, e; - Felicitações e Agradecimento ao Grupo Coral São João Batista. _____
- Os Vereadores do PSD, Eng.º. Filipe Silva e Dr. Arlindo Dinis apresentaram uma proposta relativa à Atribuição de Medalha de Honra do Município de Figueiró dos Vinhos ao Senhor Engenheiro Rui Manuel Almeida e Silva que se transcreveu na Ata desta reunião ficando a fazer parte integrante da mesma, tendo merecido a aprovação unânime do Senhor Presidente da Câmara Municipal e restantes Vereadores. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 12 de junho de 2024**

- O Senhor Presidente introduziu, apresentou e informou o Executivo acerca das matérias agendadas para esta reunião cuja documentação acompanhou a convocatória remetida aos Senhores Vereadores nos prazos legais, tendo os Senhores Vereadores tomado conhecimento das mesmas, não tendo sido suscitados quaisquer tipo de informações ou esclarecimentos. _____

✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal 25 de junho de 2024**

- O Senhor Presidente introduziu, apresentou e informou as questões previamente agendadas para esta reunião cuja documentação acompanhou a Convocatória remetida aos senhores vereadores dentro dos prazos legais exigidos para o efeito, tendo os Senhores Vereadores tomado conhecimento das mesmas, não tendo sido suscitados quaisquer tipo de informações ou esclarecimentos. _____
- O Senhor Presidente Jorge Abreu, introduziu e explicitou o ponto 5.3 da Ordem de Trabalhos Prestação de Contas consolidada para o exercício de 2023 – Relatório, tendo a este propósito feito algumas considerações vertidas nesta Ata. _____
- O Senhor Vereador do PSD Dr. Arlindo Diniz referiu o trabalho do Chefe de Divisão Dr. Vitor Duarte e a respetiva equipa, o qual se reflete no Relatório do Revisor, anunciando que os Vereadores do PSD se irão abster na apreciação do Relatório de Contas. _____

✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 10 de julho de 2024**

- O Senhor Presidente, Jorge Abreu introduziu, apresentou e informou as questões previamente agendadas para esta reunião cuja documentação acompanhou a Convocatória remetida aos senhores Vereadores dentro dos prazos legais exigidos para o efeito, tendo os Senhores Vereadores tomado conhecimento das mesmas, não tendo sido suscitados quaisquer tipo de informações ou esclarecimentos. _____
- Relativamente ao ponto 4.3 Agendado para esta reunião- Protocolo com Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica- Proposta de deliberação nº. 59/2024, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Abreu, referiu a importância e a mais-valia do Protocolo que tem por objetivo dar maior expressão ao projeto e candidatura que se irá desenvolver na Mata do Cabeço do Peão. _____
- A este propósito, o Vereador do PSD, Eng.º. Filipe Silva, colocou algumas questões, nomeadamente

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

sobre qual ou quais as valências possíveis para o edificado, já existente na zona do cabeço do peão, referindo que neste momento o edificado é utilizado pelo Clube de Caçadores, e bem assim sobre qual o planeamento para a zona envolvente do campo de ténis. _____

- O Senhor Presidente, Jorge Abreu esclareceu e informou o Senhor Vereador do PSD relativamente às questões por si suscitadas. _____

✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 31 de julho de 2024**

- O Senhor Presidente introduziu, apresentou e informou o Executivo acerca das matérias agendadas para esta reunião, cuja documentação acompanhou a convocatória remetida aos Senhores Vereadores dentro dos prazos fixados por Lei, tendo os Senhores Vereadores tomado conhecimento das mesmas, não tendo sido suscitadas quaisquer tipo de informações ou esclarecimentos. _____

✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 09 de agosto de 2024**

- O Senhor Presidente Jorge Abreu, introduziu, apresentou e informou acerca dos assuntos agendados para esta reunião cuja documentação acompanhou a Convocatória remetida aos Senhores Vereadores dentro dos prazos estabelecidos na Lei, tendo os Senhores Vereadores tomado conhecimento das mesmas, não tendo sido suscitadas quaisquer tipo de informações ou esclarecimentos. _____

✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 28 de agosto de 2024**

- O Senhor Presidente Jorge Abreu introduziu, apresentou e informou acerca dos assuntos agendados para esta reunião, cuja documentação acompanhou a convocatória remetida aos Senhores Vereadores dentro dos prazos estabelecidas na Lei, tendo os Senhores Vereadores tomado conhecimento das mesmas, não tendo sido suscitadas quaisquer tipo de informações ou esclarecimentos. _____

✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 11 de setembro de 2024**

- O Senhor Presidente introduziu, apresentou e informou acerca dos assuntos agendados para esta reunião cuja documentação foi remetida com a convocatória distribuída aos Senhores Vereadores

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

dentro do prazo estipulado por Lei, tendo os Senhores Vereadores tomado conhecimento das mesmas, não tendo sido suscitadas quaisquer tipo de informações ou esclarecimentos. _____

- Relativamente ao ponto 4.8 agendado para esta reunião Relatório Económico-financeiro-1.º semestre de 2024-alinea d) do n.º 2 do artº 77º. da Lei n.º. 73/2013, de 3 de setembro, para conhecimento, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Abreu, explicitou o documento elaborado pelo Revisor Oficial de Contas, esclarecendo as várias observações e referências que a este propósito foram formuladas. _____
- O Senhor Vereador do PSD, Dr. Arlindo Dinis referiu que o Documento referia apenas a execução orçamental do primeiro semestre, não sendo na sua perspetiva, nesta fase possível e com rigor extrair conclusões. _____
- O Vereador do MFI, Dr. Carlos Lopes apresentou uma Declaração a propósito deste assunto que se transcreveu nesta ata e que ficou a fazer parte integrante da mesma. _____
- Relativamente ao ponto 4.12 agendado para esta reunião-Imposto Municipal sobre imóveis-Fixação da Taxa para 2025 - Proposta de Deliberação n.º. 70/2024 ponto 4.9 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem a aplicar em 2025 - Proposta de Deliberação n.º. 77/2024, ponto 4.10 Fixação da Participação Variável no IRS a incidir sobre rendimentos de 2025-Proposta de Deliberação n.º. 76/2024, ponto 4.11 Taxa de Derrama para 2025-Proposta de Deliberação n.º. 75/2024, o Vereador do MFI, Dr. Carlos Lopes apresentou uma Declaração conjunta relativamente aos pontos agendados e referenciados, que se transcreveu na Ata desta reunião ficando a fazer parte integrante da mesma. _____

✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 25 de setembro de 2024**

- O Senhor Presidente introduziu, apresentou e informou acerca dos assuntos agendados para esta reunião, cuja documentação acompanhou a convocatória remetida aos Senhores Vereadores dentro dos prazos previstos na Lei, tendo os Senhores Vereadores tomado conhecimento dos mesmos, não tendo sido suscitadas quaisquer informações ou esclarecimentos. _____

✓ **Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 09 de outubro de 2024**

- O Senhor Presidente introduziu, apresentou e informou acerca dos assuntos agendados para esta reunião, cuja documentação acompanhou a Convocatória remetida aos Senhores Vereadores nos prazos determinados na Lei, tendo os Senhores Vereadores tomado conhecimento dos mesmos, não tendo sido suscitadas quaisquer informações ou pedidos de esclarecimento. _____
- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Abreu informou o Executivo acerca da atividade

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

desenvolvida pelo Julgado de Paz, destacando a relevância deste importante serviço da área da Justiça pela atividade prosseguida em prol da celeridade processual, evidenciando a dinâmica, interesse e procura que o mesmo tem suscitado. _____

✓ Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 30 de outubro de 2024

- O Senhor Presidente Jorge Abreu introduziu, apresentou e informou acerca dos assuntos agendados para esta reunião, cuja documentação acompanhou a convocatória remetida aos Senhores Vereadores dentro dos prazos estabelecidos na Lei, tendo os Senhores Vereadores tomado conhecimento dos mesmos, não tendo sido suscitadas quaisquer informações ou pedidos de esclarecimento. _____
- O Senhor Vereador do MFI, Dr. Carlos Lopes, manifestou o seu total desacordo e reprovação em face da decisão Governamental de alterar o regime da fixação de tarifas de águas e resíduos sólidos urbanos, devolvendo deste modo essa competência à ERSAR, criando-se condições para colocar em causa a gestão e autonomia dos Municípios nesta matéria e a possibilidade dos consumidores possam ter de suportar impactos diretos nas suas faturas de água e resíduos. _____
- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Jorge Abreu acompanhou a posição assumida pelo Vereador do MFI, referindo que a decisão do Governo interferia com a autonomia do Poder Local.

✓ Reunião Ordinária de Câmara Municipal de 13 de novembro de 2024

- O Senhor Presidente Jorge Abreu introduziu, apresentou e esclareceu acerca dos assuntos agendados para esta reunião, cuja documentação acompanhou a convocatória remetida aos senhores Vereadores dentro dos prazos previstos na Lei, tendo os Senhores Vereadores tomado conhecimento dos mesmos, não tendo sido suscitadas quaisquer informações ou pedidos de esclarecimento. _____
- O Senhor Vereador do PSD, Eng.º. Filipe Silva, apresentou uma Declaração Política intitulada Pela Dignificação dos Presidentes de Junta, tendo a mesma sido transcrita na ata desta reunião, ficando a fazer parte integrante da mesma. _____

✓ Reunião Ordinária da Câmara de 26 de novembro de 2024

- O Senhor Presidente Jorge Abreu, introduziu os pontos Agendados para esta Reunião, através dos documentos que se reproduzem nesta Ata e que passam a fazer parte integrante da mesma, tendo

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

os Senhores Vereadores tomado conhecimento dos mesmos, não tendo sido suscitadas quaisquer informações ou pedidos de esclarecimento. _____

- O Senhor Vereador do PSD, Eng.º. Filipe Silva, apresentou uma Declaração Política intitulada APIN-Resultados financeiros preocupantes!..., tendo a mesma sido transcrita na Ata desta Reunião ficando a fazer parte integrante da mesma. _____
- O Senhor Presidente, Jorge Abreu refutou as afirmações expressas pelo Senhor Vereador do PSD, à semelhança das posições assumidas pela Senhora Vereadora do PS, Dr.ª. Marta Brás e do Senhor Vereador do MFI, Dr. Carlos Lopes, que se manifestaram em sentido contrário, tecendo um conjunto de argumentos que ficaram a fazer parte da Ata desta reunião. _____
- O Senhor Presidente da Câmara, Jorge Abreu apresentou os documentos do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2025, tecendo um conjunto de considerações retratadas na Ata desta reunião, tendo os Senhores Vereadores do PSD e do MFI, apresentado sobre este assunto Declarações de Voto transcritas na Ata desta reunião, ficando esses documentos a fazer parte integrante da mesma. _____

✓ **Reunião Ordinária de 11 de dezembro de 2024**

- O Senhor Presidente Jorge Abreu introduziu, apresentou e informou acerca dos assuntos agendados para esta reunião, cuja documentação acompanhou a convocatória remetida aos senhores Vereadores dentro dos prazos estabelecidos na Lei, tendo os Senhores Vereadores tomado conhecimento dos mesmos, não tendo sido suscitadas quaisquer pedidos de informações ou esclarecimentos. _____
- O Senhor Vereador do PSD, Eng.º. Filipe Silva, apresentou uma Declaração Política intitulada 100 Anos do Nascimento de Mário Soares, que se transcreveu na Ata desta reunião ficando a fazer parte integrante da mesma. _____
- O Senhor Presidente, Jorge Abreu, informou o Executivo das reuniões e contactos que tem mantido com o Responsável da Unidade de Saúde Familiar de Coimbra, relativamente ao Protocolo que irá ser outorgado entre o Ministério da Saúde e o Hospital do Avelar, no sentido dessa decisão não colocar em causa os horários praticados pelo Centro de Saúde, nomeadamente ao fim de semana. _

✓ **Reunião Ordinária de 26 de dezembro de 2024**

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

- ✓ O Senhor Presidente Jorge Abreu, introduziu, apresentou e informou acerca dos assuntos agendados para esta reunião, cuja documentação acompanhou a convocatória remetida aos Senhores Vereadores dentro dos prazos estabelecidos na Lei, tendo os Senhores Vereadores tomado conhecimento dos mesmos, não tendo sido suscitadas quaisquer pedidos de informações ou esclarecimentos. _____

A. DIREITO DE CONSULTA PRÉVIA

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 5.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio e no respeitante ao processo de elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento (GOP) para o ano de 2025, o órgão executivo, deu cumprimento do estipulado na referida Lei, tendo sido facultado aos Vereadores e aos representantes dos partidos políticos, propostas dos planos e orçamentos municipais, nomeadamente, a elaboração das grandes opções do plano e a proposta de orçamento para 2025 da Câmara Municipal. _____

Convictamente estamos certos que foram facultados e disponibilizados, com a antecedência prevista, para consulta todos os documentos necessários à tomada de decisão e enviados em suporte digital, para que os titulares do direito de oposição possam apresentar os seus contributos. _____

B. DIREITO DE PARTICIPAÇÃO

Para além do direito de se pronunciar pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público, podendo efetuar pedidos de informação, requerimentos, declarações políticas e esclarecimentos, durante o ano de 2024, o órgão executivo procedeu ao envio de informações aos Senhores Vereadores da oposição, através das quais foram dadas condições aos titulares do direito de oposição, para a sua participação nas decisões municipais. _____

Foram igualmente dirigidos os convites aos membros eleitos da Câmara e Assembleia Municipal, a fim de assegurar que estes pudessem estar presentes nas seguintes iniciativas e acontecimentos da responsabilidade da Câmara Municipal: _____

- Convite para as Comemorações do 25 de abril _____
- Convite para a Inauguração da Exposição “Miniaturas Automóveis” _____
- Convite para as Festas do Concelho S. João _____
- Convite para Inauguração da Exposição “O Génio das Artes” _____
- Convite para a Inauguração da Exposição “Desenhar O Futuro em Liberdade” _____

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

- Convite para a Cerimónia de protocolo para a Criação da Quinta Ciência Viva dos Insetos – Figueiró dos Vinhos _____
- Convite para a Conferência “Da Escultura Naturalista à Pintura Contemporânea- Diálogos da Arte em Figueiró dos Vinhos”. _____
- Convite para a Inauguração da XVIII Feira Doçaria Conventual _____
- Convite para a Conferência “O Caleidoscópio de Simões de Almeida: entre a prática da escultura e o ofício de Restaurador”. _____
- Convite para a apresentação dos documentários inseridos no evento Figueiró na Senda das Tradições.
- Convite para apresentação do livro “As Festas em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem – Peralcovo” _____

C. DIREITO DE DEPOR

Durante o ano de 2024 os titulares do direito de oposição não intervieram em qualquer comissão para efeitos da aplicação do direito consagrado no artigo 8.º do Estatuto do Direito de Oposição, dado que não foi constituída qualquer comissão para a realização de livros brancos, relatórios, inquéritos, inspeções ou sindicâncias. _____

V. DIREITO DE PRONÚNCIA SOBRE O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Os titulares do direito de oposição dispõem do direito de se pronunciarem sobre o relatório, elaborado pelo órgão executivo, de avaliação do grau de observância do respeito pelos direitos e garantias constantes no referido estatuto. _____

Neste sentido, nos termos do disposto do n.º 2 do artigo 10.º da Lei n.º 24/98, de 26 de maio, este relatório deverá ser enviado aos titulares do direito de oposição de modo a que sobre ele se pronunciem, e a pedido de qualquer dos titulares poderá o respetivo relatório e resposta ser objeto de discussão pública na Assembleia Municipal, nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 10.º da Lei suprarreferida. _____

VI. CONCLUSÃO

O presente Relatório indica de forma sucinta as principais ações promovidas pela Câmara Municipal para

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

garantir o cumprimento do estabelecido na Lei nº 24/98, de 26 de maio – “assegurar às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática aos órgãos das autarquias locais de natureza representativa, conforme é da sua competência formal”. _____

Para além do cumprimento desta competência, quer o Presidente da Câmara Municipal, quer o Presidente da Assembleia Municipal, assim como os membros dos órgãos autárquicos municipais, desenvolveram iniciativas com vista à promoção da participação democrática, quer das forças políticas da oposição, quer dos próprios cidadãos. _____

Foram disponibilizados todos os elementos solicitados pela oposição, quer os de forma oral, quer os de forma escrita, contribuindo deste modo para que também dessa forma pudesse exercer o inerente estatuto de oposição. _____

Foi sempre observado o respeito pelos direitos e garantias dos titulares do direito de oposição. _____

Nos termos definidos por Lei foram divulgadas todas as deliberações e informações prestadas, nos sítios destinados às publicações do Município. _____

Os Titulares do Direito de Oposição foram convidados nos termos definidos na Lei a pronunciarem-se sobre as propostas dos respetivos Orçamentos e Grandes Opções do Plano. _____

Os Titulares do Direito de Oposição pronunciaram-se por diversas ocasiões e sempre que assim o entenderam e quiseram sobre questões do interesse público. _____

Os Eleitos em Regime de não permanência, sem pelouros atribuídos e Titulares do Direito de Oposição, acompanharam, fiscalizaram e criticaram as opções políticas do órgão executivo, nos termos da Lei. _____

Em face das considerações aduzidas, considera-se dado cumprimento ao Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei nº 24/98, de 26 de maio. _____

Pelo exposto, e em cumprimento do disposto no artigo 10.º do Estatuto de Direito de Oposição, deverá este Relatório ser submetido à Reunião de Câmara Municipal, com subsequente envio aos titulares do direito de oposição e publicação no site institucional do Município (<http://www.cm-figueirodosvinhos.pt/>). _____

O Sr. Vereador Eng.º Filipe Silva, declarou que à semelhança dos anos anteriores, os Vereadores do PSD não se reviam no Documento apresentado, razão pela qual apresentaram uma Declaração de Pronúncia assente nos mesmos pressupostos e fundamentação, análoga às anteriormente assumidas, cujo conteúdo se transcreve na íntegra. _____

**“Relatório de Avaliação do Cumprimento
do Estatuto do Direito de Oposição do ano de 2024
Declaração de pronúncia / apreciação**

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

O Estatuto do Direito de Oposição nas Autarquias Locais, encontra-se consagrado na Lei n.º 24/98 de 26 de Maio, tendo como base o princípio constitucional do direito de oposição democrática, constante no artigo 114.º da Constituição da República Portuguesa (CRP)”. _____

Sublinhamos **o princípio constitucional do direito de oposição democrática.**

Entende-se por oposição, nos termos do disposto do n.º 1 do artigo 2.º da Lei n.º 24/98 de 26 de Maio, toda a “*atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas do Governo ou dos órgãos executivos das regiões autónomas e das autarquias locais de natureza representativa*”. _____

Uma vez mais sublinhamos, **acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas.**

Pretende, nada mais, este instituto constitucional assegurar às minorias, “o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo, aos órgãos executivos das regiões autónomas e das autarquias locais”. ____

Ora é segundo esse princípio que nos queremos pronunciar, enquanto força política na oposição do executivo municipal de Figueiró dos Vinhos. _____

Gostaríamos, em primeiro lugar, de relembrar que a composição do órgão executivo do município, no decurso das eleições autárquicas de 26 de Setembro de 2021, conferiu ao Partido Socialista, a força política mais votada, contudo, não lhe expressando, a maioria para governar, tendo o apuramento dos resultados eleitorais ditado a seguinte composição: Partido Socialista (PS) – 2 mandatos; Partido Social Democrata (PPD/PSD) – 2 mandatos e Movimento Figueiró Independente (MFI) – 1 mandato. _____

Neste contexto exige-se ainda mais, por parte da força política que governa, uma postura institucional que crie condições para o diálogo, cooperação e construção de consensos sobre matérias de interesse para a comunidade e que cumpra efetivamente a lei, de forma a que, os direitos da oposição se não transformem em meras cortesias de quem manda. _____

A este propósito e como ponto prévio, não poderíamos deixar passar alguns comportamentos e posturas menos próprias em momentos formais do Município para com a oposição PSD, quando esta, apenas e só, exerce o seu papel de **escrutínio, fiscalização e crítica das orientações políticas,** a quem governa, o que demonstra, no mínimo, uma atitude clara, de descortesia institucional e fere o espírito democrático que deve nortear os representantes do município. _____

Feito este ponto prévio e debruçando-nos de imediato à apreciação do documento - Grau de Observância do Estatuto do Direito de Oposição - Relatório do ano 2024, no qual não nos podemos rever, porque quase a totalidade do seu conteúdo se limita a fazer uma apreciação política parcial das reuniões de câmara, tal como fez em anos anteriores. _____

Daí que a presente pronúncia não pode ser diferente da de anos anteriores dado que se repetem as mesmas falhas que o PSD, tem vindo a denunciar e que são limitadoras do Direito de Oposição consagrado na Lei da

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

República Portuguesa, de que damos apenas alguns exemplos: _____

A Violação do direito de informação constante do art.º 4º da Lei nº 94/98 de 26 de maio

Os Vereadores e autarcas do PSD não foram informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade e que são publicitados nos órgãos de comunicação social e redes digitais sem que estes delas tenham tido conhecimento prévio. _____

Registamos da mesma forma uma ausência total da participação e envolvimento da oposição nos eventos levados a cabo pelo município. Falamos da revista *Em Foco* ou *site* do município em que não é feita uma referência à participação dos vereadores do PSD sendo ao mesmo tempo desenvolvido um esforço notável para fazer desaparecer qualquer registo multimédia, em que haja aparição dos vereadores do PSD. Ora esta orientação, é inconcebível e nada democrática o que naturalmente, só podemos lamentar e repudiar. _____

A título de exemplo, lembramos o não convite para a BTL – Bolsa de Turismo de Lisboa, sendo esta uma oportunidade de promoção do concelho e elevar o orgulho figueirense, não mereceu o envolvimento do órgão executivo, situação conflagradora para a vereação, quando interrogados por outros autarcas, interrogando-nos da falta de presença, naquele evento. _____

Temos também a registar de que no relatório é dito nas conclusões (página 27) de que o relatório de avaliação do grau de observância será subseqüentemente publicitado no boletim municipal e no *site* institucional do município, o que não corresponde à verdade como podemos, demonstrar nas revistas *Em Foco* publicadas em data posterior, nem feito qualquer alusão no site do município, e mesmo no Boletim Municipal apenas é feita alusão de que “A Câmara Municipal apreciou o Relatório de Avaliação do ano”, mas não apresenta a declaração de pronúncia dos vereadores da oposição (PSD) o que viola o determinado no n.º 5 do Artigo 10.º da Lei n.º 24/98 de 26 de Maio que aprova o Estatuto do Direito de Oposição. _____

Também registamos que continua a não haver um espaço próprio, na revista da autarquia e no sítio da Internet do Município de Figueiró dos Vinhos para os eleitos do PSD, com impacto negativo no “Índice de Transparência Municipal”. _____

Como também não é dado igual tratamento aos vereadores do PSD, em comparação com outra força política da oposição, onde foram dadas condições físicas e operacionais, para poderem receber condignamente os munícipes, que a nós recorrem. _____

A alteração unilateral da data de algumas reuniões de câmara, quando as mesmas são aprovadas no início do ano civil, vinculando os vereadores para esse compromisso, provoca sempre transtorno na agenda dos membros do executivo, quando se podia usar a figura regimental da reunião de câmara extraordinária, para obviar assuntos com carácter de urgência ou última hora. _____

Estes são alguns exemplos do incumprimento do Estatuto do Direito de Oposição relativamente, ao ano de 2024 e em que o Partido Social Democrata não se revê nas conclusões do relatório. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

Em nosso entender, e deixamos aqui o apelo, é necessário a adoção de outra postura relativamente à oposição, com ganhos para o aprofundamento da democracia local e um maior pluralismo, porque o Partido Social Democrata não abdica, relativamente a esta matéria, da titularidade plena de todos os direitos consagrados na lei e apelamos a que o Partido Socialista perceba a importância de assegurar a participação da oposição na execução de consensos que possam gerar progresso e desenvolvimento para o futuro”. _____

O Vereador do MFI Dr. Carlos Lopes referiu que os eleitos do MFI tiveram acesso a toda a informação solicitada relativa à atividade autárquica, tiveram oportunidade de se pronunciar e de participar em todas as matérias objeto de apreciação e deliberação nos órgãos autárquicos que integram e que no contexto de consulta prévia, puderam participar através da apresentação de propostas, sugestões e contributos nomeadamente aquando da elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal. _____
Referiu que o MFI assumiu sempre a sua condição de oposição livre, consciente e responsável, adotando uma cultura de exigência, mas ao mesmo tempo de propositura, tendo sido sempre respeitado na sua ação política.

Relativamente à Declaração de Pronúncia apresentada pelos Srs. Vereadores do PSD, **o Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu**, teceu as seguintes considerações: _____

Nas doze reuniões ordinárias realizadas e a que se refere o presente Relatório, os Sr. Vereadores do PSD apenas em seis suscitaram esclarecimentos pontuais, que foram prontamente esclarecidos; _____

Registou que os Sr. Vereadores do PSD em quatro anos do atual Mandato e concretamente em 2024 nunca usaram o direito de consulta prévia, apresentando qualquer proposta, contributo ou alternativa aquando da apreciação, discussão e votação dos Documentos de Gestão Financeira, nomeadamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento; _____

Os Srs. Vereadores do PSD foram sempre e em todas as circunstâncias convidados a participar em todas as iniciativas e organizações realizadas pela Câmara Municipal; _____

Os Srs. Vereadores do PSD nunca colocaram em causa a esmagadora maioria das propostas que lhes foram apresentadas pelo Presidente da Câmara, tendo o próprio Vereador do PSD Eng.º Filipe Silva chegado a referir que os Vereadores do PSD tinham aprovado cerca de 94% das propostas apresentadas pelo Partido Socialista no atual mandato autárquico. _____

Em face desta realidade, não restam dúvidas, na perspetiva do Sr. Presidente de que foram respeitados todos os direitos da oposição consignados na Lei e objeto da presente Declaração de Pronúncia acerca do integral cumprimento do Estatuto do Direito da Oposição. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

5. DEPARTAMENTO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL

5.1 ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS – PEDIDO DE SUBSÍDIO ANUAL PARA O ANO DE 2025 – INFORMAÇÃO INTERNA

N.º 612/2025: A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 612/2025 emitida pela Contratação Pública, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio anual do ano de 2025, no valor de 14.303,00 euros (catorze mil trezentos e três euros). _____

Informação Interna n.º 612/2025: _____

“Requerente: Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Figueiró dos Vinhos; _____

Natureza de Pessoa Coletiva: Utilidade Pública Administrativa, com personalidade jurídica, sem fins lucrativos; _____

Objetivo do pedido: Pretende que lhe seja concedido Subsídio Anual para o ano de 2025; _____

Enquadramento do pedido: Atribuição do benefício público financeiro, enquadrado no n.º 2, do artigo 5.º do regulamento; _____

- Qualidade e interesse do projeto ou atividade; _____

- Continuidade do projeto ou atividade e qualidade das execuções anteriores; _____

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

- Não contrariedade dos objetivos dos projetos ou atividades propostas e as linhas programáticas do Município nas +áreas sociais, culturais, desportivas, recreativas e outras constantes nas Grandes Opções do Plano; _____

- Resposta às necessidades da comunidade. _____

Custo do benefício financeiro: Último subsídio atribuído no valor de 14.303,00 € - A definir à Reunião de Câmara". _____

6. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SÓCIO/CULTURAL

6.1 DESPESAS DE FUNCIONAMENTO DA UNIVERSIDADE SÉNIOR RELATIVAS AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2025 – INFORMAÇÃO INTERNA N.º 723/2025:

A Câmara Municipal face à Informação Interna n.º 723/2025, deliberou por unanimidade aprovar o pagamento das despesas referentes ao mês de fevereiro de 2025, no valor total de 515,00 euros (quinhentos e quinze euros). _____

Informação Interna n.º 723/2025: _____

No âmbito do funcionamento da Universidade Sénior de Figueiró dos Vinhos, e com o objetivo primordial melhoria contínua dos serviços prestados à população Sénior e, com esse propósito, diversificar a nossa oferta formativa para o ano letivo de 2024/2025, pretendemos ministrar as disciplinas de Teatro, Ioga, Psicologia e Pintura. _____

Neste contexto, e no âmbito do acordo de cooperação com a Sociedade Musical de Instrução e Recreio Figueiroense, constante da Proposta de Deliberação n.º 158/2021, aprovado por unanimidade em reunião de câmara de 10 de novembro de 2021, apresentamos na tabela abaixo, as despesas referentes ao mês de

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

fevereiro de 2025, para as quais solicitamos a devida autorização de pagamento. _____

Nº de Aulas	Descrição	Local	Valor Unit.	Valor Total
3	Psicologia	U.S.F.I.G.	15,00€	45,00€
5	Pintura	U.S.F.I.G.	50,00€	250,00€
5	Aulas de Teatro	S. M. I. R. F.	30,00€	150,00€
3	Aulas de Ioga	S. M. I. R. F.	15,00€	45,00€
	Despesas	S. M. I. R. F.	25,00€	25,00€
Total do Subsídio – fevereiro de 2025				515,00€

O Sr. Vereador do PSD Eng.º Filipe Silva, entregou para constar, uma declaração de inexistência de conflito de interesses nos termos do n.º 4 do artigo 13.º do Regime Geral da Prevenção da Corrupção. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

7. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, passou a palavra ao munícipe Carlos Jorge Mendes, presente no público, que no uso da palavra, apresentou a seguinte posição que se transcreve na íntegra e que fica a fazer parte integrante desta ata, que se refere à realização de um teste rally, com uma equipa do WRC, no Município de Figueiró dos Vinhos, no troço de terra com 6 Kms, e que terá merecido como resposta a impossibilidade de viabilizar a pretensão em virtude de estar previsto uma intervenção de fundo no respetivo troço. _____

“Sr. Presidente da Câmara Municipal de Figueiró dos Vinhos _____

Srs. Vereadores _____

Senhoras e Senhores _____

Venho a esta reunião com um propósito e esse propósito é, unicamente, contribuir para que não se desperdice

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

uma oportunidade de promover o dinamismo e a visibilidade da nossa terra e, ao mesmo tempo, permitir aos muitos amantes do automobilismo da região recordar o período feliz dos rallys em Figueiró, ouvindo de novo o som dos carros de topo e acompanhando as suas sessões de treinos. _____

Penso que seja do conhecimento dos presentes que sou atleta federado da FIA e que, por isso, faço várias corridas por ano em Portugal e lá fora, pelo que, naturalmente, conheço bem pilotos e assistências das várias equipas nacionais e estrangeiras. Todos, mas todos aqueles com que falo nesse meio, já ouviram falar de Figueiró. Por mim, é certo, que gosto de exibir, com orgulho, as origens paternas, mas também pelo pedaço de história que a nossa terra tem no desporto automóvel. _____

Ora, sabendo que foi endereçado à Câmara Municipal um pedido de autorização para que uma equipa Campeã do Mundo venha com os seus novos carros e todo o staff técnico testá-los a Figueiró, no troço de terra da Foz de Alge, pedido que o Senhor Presidente da Câmara Municipal recusou, não posso, como desportista e como Figueiroense, compreender essa recusa. _____

Todos as senhoras e senhores Vereadores podem verificar, pelos documentos que distribuí, que o fundamento da recusa é mesmo difícil de compreender: a estrada estará em obras! _____

Senhor Presidente da Câmara, a empreitada já foi adjudicada? Em que reunião de câmara foi tomada essa deliberação? Com que datas e prazos? Sem respostas concretas a estas perguntas, é impossível compreender a razão pela qual prescinde de ter em Figueiró o dinamismo e a atenção mediática que estes eventos colhem e que tão bem foi aproveitada por outros municípios, mesmo com equipas de menor relevância. _____

Saliento que no pedido de autorização não é solicitado qualquer tipo de apoio financeiro, mas apenas o uso de recursos que Figueiró tem e o respetivo licenciamento para que seja possível requisitar a GNR e o Bombeiros Voluntários para um evento seguro. _____

Movido pela indignação que tal recusa por parte da Câmara Municipal me causou, e apenas por isso, pois não tenho mais interesse no evento do que qualquer outro figueiroense que goste de automóveis, venho a esta reunião apelar ao Senhor Presidente para que reveja a sua decisão e a todos os senhores Vereadores, para que analisem este pedido à luz de todas as vantagens financeiras, de reconhecimento e de notoriedade que um evento desta envergadura trará a Figueiró dos Vinhos e intercedam para que se possa realizar na nossa terra, trazendo pessoas que consomem no comércio local, colocando Figueiró nos media da especialidade e nas redes sociais a nível mundial e permitindo aos muitos figueiroenses que gostam de rallys, relembrar os tempos áureos do desporto automóvel em Figueiró dos Vinhos. _____

Muito obrigado. _____

Carlos Jorge Mendes” _____

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, reiterou a decisão comunicada em virtude de não poder a Autarquia assegurar que o referido troço possa reunir as condições exigidas tendo em vista o fim pretendido na data sugerida, em virtude da intervenção de fundo e complexa já prevista para aquela zona em concreto, através da execução de trabalhos recomendados pelos serviços técnicos, que irão colocar em causa as necessárias condições de acessibilidade e de segurança que um treino de dois automóveis e desta natureza exigem. _____

Adiantou que este assunto foi transmitido pessoalmente ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Campelo Eng.º Jorge Agria em consonância com o Sr. Eng.º Manuel Paiva. _____

O Sr. Presidente referiu que a Autarquia não se pode comprometer em deferir a pretensão nos termos em que foi apresentada, que ficará inviabilizada por falta de condições, com a execução de trabalhos e a presença de equipamento e maquinaria, naquele local em concreto, conforme plano de trabalhos já concebido e programado oportunamente. _____

O Sr. Presidente insistiu ainda que a Autarquia se encontra disponível para permitir a realização do referido treino de duas viaturas, num qualquer outro local ou zona do território do concelho, mostrando-se disponível para em conjunto com a equipa requerente, encontrar uma outra alternativa que não coloque em causa a execução de trabalhos públicos que resultem da atividade autárquica. _____

O Sr. Vereador do PSD Eng.º. Filipe Silva, enteviu em defesa da realização do treino e da viabilização da pretensão apresentada, considerando a importância desta iniciativa com elevado retorno e impacto positivo para o concelho, quer económico quer turístico. Estamos perante uma prova de rally, com enorme tradição na região e que trará, sem sombra de dúvida, grande projeção turística para o concelho, dinamização da economia local e promoção da nossa terra pelo mundo. Acresce o facto, de o evento, de acordo com o proponente, não trazer quaisquer custos para o município. _____

O Sr. Vereador acrescentou, que ao não ser atendida esta pretensão, poderá por em risco no futuro, a vinda e realização de provas de rally, da classe WRC, o que seria de lamentar e manifestamente, muito grave para o concelho. A este propósito, sugeriu que o Sr. Presidente reunisse com o restante Executivo de modo a consensualizar uma solução para esta pretensão, não havendo na sua perspetiva, razão para não atender à mesma, considerando que os trabalhos e intervenções previstos, podem perfeitamente, ocorrer num outro momento, ou seja, não vê razão para os trabalhos que alegadamente, estão previstos ser realizados no dia 29 de abril (dia dos treinos), não possam ser realizados no dia seguinte, devendo, por isso mesmo, ser deferido o pedido, nos termos em que havia sido formulado, pedindo "encarecidamente", para reconsiderar esta posição.

O Sr. Vereador do PSD Dr. Arlindo Dinis, referiu ser uma oportunidade única de Figueiró dos Vinhos receber a primeira de muitas equipas, neste tipo de treinos, como acontece noutros concelhos, exemplificando

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

Sever do Vouga e outros. _____

O Sr. Vereador do MFI, Dr. Carlos Lopes, começou por referir que pela primeira vez no atual mandato, os Vereadores eram chamados a participar neste período de atendimento do público, tendo em todas as restantes circunstâncias se ter consensualizado que o diálogo era protagonizado entre o público presente e o Presidente do Órgão Executivo, situação essa que o deixava desconfortável, em relação a essas outras situações ocorridas no mesmo espaço e na mesma oportunidade. _____

A propósito desta matéria, o Sr. Vereador do MFI referiu que ainda recentemente tinha defendido publicamente a disponibilidade para empreender no futuro próximo os esforços institucionais e diplomáticos tendo em vista o regresso do Rally de Portugal ao Concelho a par de outras iniciativas no contexto dos desportos náuticos, mostrando-se disponível para a materialização desses objetivos. _____

Relativamente à pretensão de realizar um treino de dois automóveis de uma equipa de competição, na data sugerida e tendo em atenção as razões invocadas pelo Sr. Presidente, lembrou que para além da Foz de Alge, o Rally de Portugal desenvolvia-se também em territórios da freguesia de Campelo e de Aguda, sugerindo que fosse possível conciliar o interesse da empresa CRAZYSPEED UNIPESSOAL, LD^a, com a disponibilidade e abertura demonstradas pelo Sr. Presidente da Câmara, encontrando-se neste vasto território concelhio uma outra alternativa, que não comprometesse o interesse público e fosse ao encontro das expectativas da empresa requerente, satisfazendo deste modo os interesses e necessidades das partes envolvidas neste processo. _____

O Sr. Vereador do PS José Adelino, também referiu que poderiam solucionar outra alternativa para fazer o respetivo treino. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal Jorge Abreu, transmitiu que respeitava todas as opiniões, estando aberto a avaliar outro troço. _____

O Município Sr. Carlos Jorge Mendes, referiu que a escolha daquele troço foi referência já usado numa prova, e que se deve essencialmente à dimensão e à distância. _____

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:

E não havendo mais assuntos a tratar nesta reunião, o Senhor Presidente declarou encerrada a mesma, eram onze horas e trinta e cinco minutos. _____

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal e por mim Vitor Alexandre Pimentel Duarte, na qualidade de Secretário que a redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. _____

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)

O DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL

- ATA DA REUNIÃO DE 26 DE MARÇO DE 2025 (N.º 06/2025)